



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

*Imatim
Paulo
Carlos Soares*

CONTAS

DO

EXERCÍCIO DE 2023

LISBOA, 31 DE MARÇO DE 2024

RELATÓRIO E CONTAS 2023

1 – Apresentação

A Direcção da AREPAL – Associação para o Serviço de Apoio Social a Reformados da EPAL, ipss, no âmbito das suas competências e de acordo com o estipulado no artigo 27º dos Estatutos da Associação, vem submeter à Assembleia Geral para apreciação, discussão e votação o Relatório e Contas referente ao Exercício de 2023.

Assinalamos, desde já, um ano difícil, pelo valor que a inflação continuou a manter, devido às circunstâncias e condicionalismos internacionais que se reflectiram num aumento generalizado do preço dos serviços e dos bens de consumo essenciais com especial relevo nos produtos alimentares, no preço da energia (electricidade, gás e combustíveis) e nos serviços contratualizados a prestadores de serviços (confeção de refeições e limpeza das instalações).

Mais uma vez em Janeiro tivemos que implementar um ajuste da tabela salarial em vigor na Associação devido ao aumento do salário mínimo nacional decretado pelo Governo

Nos termos do ponto 4 do art.º 24º do Regulamento Interno do Lar em Janeiro procedemos a uma actualização do valor das mensalidades a pagar pelos Utentes.

As actividades da Associação desenvolveram-se principalmente através das suas valências principais, o Lar residencial e o Centro de Dia como seguidamente se apresenta.

Lar residencial – no decurso de 2023 a Direcção com a colaboração da Directora Técnica pautou a sua actuação por um preenchimento, o mais rápido possível, das vagas que foram surgindo ao longo do ano, o que foi conseguido conforme demonstra o mapa junto. Pensamos que só mantendo o foco nesse objectivo “preenchimento rápido das vagas” poderemos conduzir a Associação a uma situação financeira sustentada.

| Frequência média de Utentes | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jan. | Fev. | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out- | Nov. | Dez. |
| 35 | 37 | 37 | 36 | 38 | 37 | 38 | 37 | 37 | 38 | 36 | 37 |
| Frequência média anual de Utentes - 37 | | | | | | | | | | | |

Em final de mandato a Direcção não quer deixar de registar neste Relatório o seu agradecimento a todas as trabalhadoras pela colaboração e dedicação que sempre mantiveram e revelaram no apoio à Direcção e no cumprimento das suas funções e tarefas diárias muitas vezes com sacrifício da sua vida pessoal.

Centro de Dia – ao longo do ano apurou-se uma receita de 2 998,50€ proveniente da venda de refeições aos sócios e o bar obteve uma receita de 264,30€ resultante da venda de bebidas.



*Martim
Pereira
Gonçalves*

Os rendimentos ascenderam no ano em apreço a **€ 844 133,52**, sendo de realçar e destacar:

- ✓ Os valores de **€ 301 572,54** e de **€ 144 328,37**, ambos afectos às actividades do Lar, e correspondendo, respectivamente, a mensalidades e participações familiares recebidas;
- ✓ O valor de **€ 209 926,22** recebido da Segurança Social em função do Acordo de Cooperação em vigor;
- ✓ Destacamos o valor total das Quotas/ Donativos que recebemos e que perfizeram **€ 88 457,81** correspondendo a **€ 75 000,00** quota/doação da EPAL, **€ 10 000,00** quota/doação da Águas do Tejo Atlântico e **€ 1 500,00** quota/doação da Farmácia Oliveira como os mais significativos sendo o restante valor doações de entidades diversas e associados.
- ✓ Assinalamos, o valor total anual das quotizações recebidas dos nossos Associados **€ 28 737,00**.
- ✓ Distinguimos, ainda, os valores de cativação de IRS doados por associados e amigos da AREPAL que este ano registaram um pequeno acréscimo em relação ao ano anterior mas cujo valor continua a ser importante para o equilíbrio das nossas contas anuais e que desejamos se mantenha.

| ANO | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Valor recebido da AT devido às cativações dos Associados em sede do IRS. | € 5 766,99 | € 7 927,20 | € 8 520,79 | € 7 071,63 | € 7 114,65 |

- ✓ O valor restante dos rendimentos corresponde a receitas de almoços e bar de valor diminuto, reembolso do valor dos medicamentos antecipadamente pagos pela Associação, juros financeiros e ainda a restituição de impostos referentes ao IVA suportado nos gastos com a alimentação dos Utentes do Lar.
- ✓ Salientamos o valor do subsídio de **€ 5 899,18** concedido pela CML através do “Programa de Recuperar + Associações” para apoio aos custos do gás natural.

A quota/donativo concedida pela EPAL tem sido fundamental para a manutenção do bom funcionamento da Associação, sem a qual, e tal como referido anteriormente, os resultados teriam assumido expressões deveras preocupantes. Não queremos deixar de registar e realçar um agradecimento especial ao **Conselho de Administração da EPAL** pelo apoio financeiro concedido e que esperamos possa ter continuidade.

De igual modo, também, queremos expressar o nosso agradecimento pelas quotas/donativo, relativas aos anos de 2022 e 2023, concedidos pelo **Conselho de Administração da AdT - Águas do Tejo Atlântico**.

Os gastos anuais cifraram-se em **€ 870 428,99**, apurando-se assim um **resultado negativo de € - 26 295,47**.

Em relação aos gastos anuais salientamos os seguintes mais significativos:

- ✓ As quantias gastas com as remunerações do pessoal e com os encargos sobre remunerações respectivamente **€ 273 829,93** e **€ 59 654,19** que têm um peso muito significativo na gestão do Lar.
- ✓ O custo das refeições que abrangem os Utentes e as Trabalhadoras e que se cifrou em **€ 163 483,40**.
- ✓ A facturação de electricidade que continua a ser muito elevada apesar do sistema de painéis fotovoltaicos instalado. O custo anual ascendeu a **€ 21 311,96**. Conseguindo-se com a mudança de comercializador baixar este valor em relação aos anos anteriores.



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

*Imatim
Pardiso
Garcia*

- ✓ *A facturação do gás natural, gasto em aquecimento e na confecção das refeições, que registou um custo anual de € 31 789,18.*
- ✓ *Continuamos a aguardar a decisão, das instâncias governamentais, sobre as candidaturas apresentadas aos programas de eficiência energética incluídos nos fundos do PRR.*
- ✓ *A assistência médica domiciliária “APOIO MÉDICO” prestada aos sócios aderentes, teve um custo anual de € 9 948,00.*

2 – Breve caracterização

A Associação para Serviço de Apoio Social a Reformados da EPAL – AREPAL, é uma instituição privada de solidariedade social, constituída em 8 de Agosto de 1992, com o NIF: 501424717, com sede na Avenida Miguel Torga, 2 / 2-A, 1070 – 371 Lisboa, tem como actividade principal contribuir para o apoio a reformados da EPAL, através da manutenção em funcionamento de um centro de dia e lar, na morada indicada, utilizando o código CAE 87902 – Actividade de apoio social com alojamento e, CAE 87301 – Actividades apoio social para pessoas idosas com alojamento e teve no decorrer do ano ao seu serviço um número médio 18 empregadas, a que acresce o trabalho temporário, sempre que necessário, médica, a meio tempo diário dois enfermeiros, e ginástica de manutenção.

O seu campo de intervenção, de acordo com os Estatutos, permite-lhe e poderá, acessoriamente, levá-la a criar ou associar-se a outras respostas sociais, angariar fundos através de eventos ou de outras actividades, associar-se e coordenar acções de solidariedade social com organismos ou entidades que contribuam de igual modo para apoio a populações carenciadas de meios económicos, residentes na área geográfica das instalações sociais da AREPAL, afetando os resultados económicos daqui derivados, exclusivamente ao financiamento da concretização daquelas acções e actividades.

Para o cumprimento dos objectivos a AREPAL integra no seu quadro, para além dos órgãos sociais, não remunerados, as trabalhadoras anteriormente referidas, a tempo inteiro, e vários outros, a tempo parcial nas diversas áreas de saúde, lúdicas, administrativas e apoio logístico.

A estrutura orgânica dos órgãos sociais, cujo mandato é de quatro anos é a seguinte:

- a) Assembleia Geral, constituída por três membros é o órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da Instituição, nomeadamente, a aprovação dos orçamentos e das contas anuais;*
- b) Direcção, constituída por cinco membros, sendo um deles Presidente, é o órgão que define as estratégias e a acção tendo em vista dirigir e administrar a instituição no dia-a-dia;*
- c) Conselho Fiscal, constituído por três membros, é o órgão que tem como função o papel fiscalizador do cumprimento das metas definidas e dos actos de administração da instituição.*

Por força da legislação (Decreto-Lei nº172-A/2014, de 14 de Novembro), os Estatutos da AREPAL foram objecto de alterações (imperativas para manter o estatuto de IPSS), aprovadas em Assembleia-Geral Extraordinária convocada expressamente para o efeito, Estatutos estes que já mereceram aprovação pelas instâncias superiores que regulamentam a actividade, e cuja publicação ocorreu em 15/02/2017.



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

*Martim
Ferreira
Presidente*

3 – Desenvolvimento das actividades

Gestão do Centro de Dia

A gestão do Centro de Dia pautou-se pelo rigor permitindo fornecer refeições aos associados, e não associados, a preços reduzidos.

Possuindo a Arepal uma cozinha apetrechada com equipamentos suficientes para a confecção de um número significativo de refeições pensamos que a sua gestão deverá ser cada vez mais integrada numa perspectiva de abertura ao exterior e aos Associados.

Serviço de Refeitório

A Associação manteve no decorrer de 2023 a exploração do Refeitório e os serviços de alimentação adjudicadas em regime de exclusividade à Empresa ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA. De referir que a empresa concessionária é responsável pelo fornecimento dos géneros utilizados na confecção das refeições, observando a composição, a capitação e a qualidade das ementas e ainda pela higiene das instalações afectas à cozinha e aos armazéns de víveres.

Integram as diárias, para além das refeições principais (pequeno-almoço, almoço e jantar), ainda outras refeições tais como jejuns, reforços do meio da manhã e da tarde, lanches e ainda as ceias normais, e ceias de diabéticos, refeições que têm custos unitários diferenciados especificamente acordados.

Destaca-se ainda o número global de refeições fornecidas gratuitamente aos funcionários da AREPAL quando em serviço.

Serviço de Apoio Médico Domiciliário

Tem vindo, tal como outras situações relacionadas com a Associação e os seus associados, a decrescer o número de aderentes ao serviço de **Apoio Médico Domiciliário**.

Trata-se de um serviço de apoio médico ao domicílio, telemedicina, receituário e exames complementares extensível ao agregado familiar e disponível durante as 24 horas do dia.

Destacamos que actualmente a prestação deste serviço é controlada pela apresentação de relatórios mensais com a identificação dos Sócios utilizadores e serviço prestado.

Por informações de sócios que utilizam estes serviços, continuamos a constatar uma melhoria na qualidade do serviço prestado e no atendimento.

Este serviço, que é custeado na quase totalidade pela AREPAL, já que a participação dos sócios aderentes se resume a uma pequena “fatia” da sua quotização, em 31 Dezembro de 2023 o serviço encontrava-se activo para 220 associados.

Medicamentos

Continua em vigor o protocolo assinado com a Farmácia Oliveira, que **concede um desconto de 15%**, sobre o preço de venda dos medicamentos adquiridos aos sócios da AREPAL. Este desconto abrange, também, os Utentes do Lar, que é descontado directamente nas contas mensais dos medicamentos.

- **FARMÁCIA OLIVEIRA** – Rua de Campolide, 54 / A – Lisboa

Ginástica de Manutenção

Sob a orientação da professora Gilda Brito da Silva, esta actividade foi mantida com regularidade, duas vezes por semana, com a presença e agrado de parte significativa dos utentes/residentes do Lar, mesmo atendendo às suas limitações, e tendo ainda como participantes alguns Sócios que regularmente frequentam a Associação.



*Martin
Fardos
C. Jesus*

Movimento de Sócios

Continua a verificar-se uma redução no número de associados da AREPAL, situação a que nos referimos em anos anteriores e que deriva em grande parte das reformas sem complemento da EPAL e falecimentos.

Continuamos a não conseguir implementar em conjunto com a EPAL uma forma de sensibilizar para a nossa causa os Trabalhadores que vão sendo admitidos para a EPAL.

Apresenta-se de seguida quadro anual discriminativo do movimento de associados.

| Quadro de Sócios | | Em 31/12/2018 | Em 31/12/2019 | Em 31/12/2020 | Em 31/12/2021 | Em 31/12/2022 | Em 31/12/2023 |
|-------------------------------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Sócios efectivos e familiares | | 680 | 654 | 658 | 641 | 613 | 597 |
| Sócios efectivos no activo | | 215 | 219 | 202 | 195 | 187 | 184 |
| Sócios Honorários | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Sócios Beneméritos | | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Sócios Fundadores | | 13 | 13 | 13 | 11 | 9 | 9 |
| Sócios Contribuintes | | 15 | 14 | 18 | 19 | 15 | 11 |
| TOTAL DE SÓCIOS | | 924 | 901 | 892 | 867 | 826 | 803 |

| Movimento anual de Sócios Resumo | | Em 31/12/2018 | Em 31/12/2019 | Em 31/12/2020 | Em 31/12/2021 | Em 31/12/2022 | Em 31/12/2023 |
|---|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Desistentes | Sócios efectivos e familiares | 31 | 29 | 13 | 11 | 39 | 20 |
| | Sócios efectivos no activo | - | 7 | 8 | 1 | 1 | 3 |
| | Sócios Honorários | - | - | - | - | - | - |
| | Sócios Fundadores | - | - | - | - | - | - |
| | Sócios Contribuintes | 2 | 6 | 6 | 9 | 7 | 8 |
| | TOTAL de sócios DESISTENTES | 33 | 42 | 27 | 21 | 47 | 31 |
| Falecidos | Sócios efectivos e familiares | 22 | 23 | 12 | 23 | 23 | 32 |
| | Sócios efectivos no activo | - | - | - | - | - | - |
| | Sócios Honorários | - | - | - | - | - | - |
| | Sócios Fundadores | 1 | 1 | - | 2 | 2 | - |
| | Sócios Contribuintes | - | - | - | - | - | - |
| | TOTAL de Sócios FALECIDOS | 23 | 24 | 12 | 25 | 25 | 32 |
| Sócios Admitidos e Readmitidos | | 36 | 43 | 30 | 21 | 31 | 40 |
| Sócios com APOIO MÉDICO | | 288 | 278 | 262 | 248 | 227 | 220 |



*Martim
Jardim
Christino*

Movimento de Pessoal

O quadro de pessoal no final do ano registava 20 trabalhadoras.

| CATEGORIA PROFISSIONAL | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <i>Directora Técnica</i> | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| <i>Escriturária Principal</i> | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| <i>Encarregada de Serviços Gerais</i> | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| <i>Animadora Sócio Cultural</i> | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| <i>Ajudantes de Acção Directa</i> | 10 | 11 | 11 | 12 | 14 |
| <i>Lavadeira</i> | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| <i>Roupeira</i> | - | - | 1 | 1 | 1 |
| <i>Auxiliares de limpeza</i> | 5 | 4 | - | - | - |
| Totais - | 20 | 20 | 17 | 18 | 20 |

Ainda assim, muito embora o aumento no quadro de pessoal das trabalhadoras Ajudantes de Acção Directa, em 2023 manteve-se a necessidade de recorrer a empresas de trabalho temporário, para suprir férias, baixas prolongadas e alterações às escalas de serviço das trabalhadoras desta categoria profissional.

Dois enfermeiros, alternadamente e médica a tempo parcial continuam a garantir o necessário apoio de enfermagem e assistência médica aos Utentes do Lar.

Resumo das actividades mais significativas registadas no decurso do ano:

- Mensalmente** Sempre que possível realizaram-se passeios ao exterior (Mafra, Ericeira, Cabo da Roca, etc.) com utilização da carrinha da Associação. Para isso contou-se com a disponibilidade do Sr. Mário Mendes para efectuar a condução da viatura.
- Entre Janeiro e Outubro realizaram-se os tradicionais almoços dos “*sócios aniversariantes*” que devido a dificuldades financeiras tiveram que ser interrompidos, temos expectativas que possam ser retomados no próximo ano.
- Janeiro** Acerto dos vencimentos dos funcionários face ao aumento do Salário Mínimo Nacional.
- Dezembro** Festa de Natal dos Utentes com a participação e confraternização entre utentes, familiares e funcionárias.
- Utilizando o valor da quota/donativo oferecido pela **Farmácia Oliveira** à Associação procedemos à distribuição de cabazes de Natal por todos os Trabalhadores incluindo os das empresas prestadoras de serviços.



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

Gestão do Lar

É suposto que o financiamento da exploração do Lar seja assegurado através das mensalidades estabelecidas para os Utentes e das participações familiares no montante de € 445 900,91 e da participação atribuída pela Segurança Social, derivada do protocolo celebrado, que ascendeu ao montante de € 209 926,22. No entanto os rendimentos indicados, tal como nos anos anteriores, seriam insuficientes para cobrir a totalidade dos gastos sem os donativos atribuídos pela EPAL, Águas do Tejo Atlântico, por algumas empresas nossas parceiras comerciais e por alguns Sócios a título individual. Os Donativos dos nossos Beneméritos, parceiros e Associados são, cada vez mais, um recurso imprescindível para manter o equilíbrio financeiro da Associação.

A viabilidade da continuidade do actual modo de funcionamento da Associação, com as vertentes Lar e Centro de Dia, tornar-se-á, cada vez, mais problemática, a menos que seja possível e viável um aumento significativo dos rendimentos mensais.

4 – Resultados

Dívida de cobrança duvidosa

Pela primeira vez registamos no Relatório e Contas uma dívida de cobrança duvidosa no valor de € 1 671,00 referente ao acerto de contas final da estadia no Lar, por falecimento, da mãe do nosso sócio 2220 - Joaquim Fernando Nascimento Raposo (ex-trabalhador da EPAL).

Aplicação dos Resultados

Considerando que com os resultados positivos obtidos no passado, foram transferidos para Reservas (conta 55), nos Fundos Patrimoniais, que atingem actualmente o valor de € 41 686,95 propõe-se que o resultado negativo do exercício de 2023 no valor de € - 26 295,47 seja transferido € -8 765,16 para conta 552501 - Reservas para Aquisição Inst./Infraestr., € -8 765,16 para a conta 552502 - Reserva para Renovação Equipamento e € -8 765,15 para a conta 552503 - Reserva para Conserv. Edif./Equip., ficando o total das reservas com um saldo de €15 391,48.

Lisboa, 31 de Março de 2024

A Direcção da AREPAL

José António Jesus Martins, Presidente

Jesus Manuel Martins Cardoso, Tesoureiro

Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo, Secretário



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

Balço em 31 de dezembro de 2023

(em euros)

| Rubrica | Notas | 2023 | 2022 |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos tangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Bens do património histórico e cultural | | 712 602,96 | 727 790,98 |
| Ativos intangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros | | 1 739,61 | 1 426,61 |
| Outros créditos e ativos não correntes | | 0,00 | 0,00 |
| Total ativo não corrente | | 714 342,57 | 729 217,59 |
| Ativo corrente | | 0,00 | 0,00 |
| Inventários | | 0,00 | 0,00 |
| Créditos a receber | | 37 330,77 | 9 743,90 |
| Estado e outros entes públicos | | 0,00 | 0,00 |
| Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros | | 0,00 | 0,00 |
| Diferimentos | | 663,18 | 2 475,45 |
| Outros ativos correntes | | 76 078,91 | 20 859,50 |
| Caixa e depósitos bancários | | 357 233,59 | 416 618,24 |
| Total ativo corrente | | 471 306,45 | 449 697,09 |
| Total ativo | | 1 185 649,02 | 1 178 914,68 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos Patrimoniais | | 0,00 | 0,00 |
| Fundos | | 0,00 | 0,00 |
| Excedentes técnicos | | 1 080 000,00 | 1 080 000,00 |
| Reservas | | 0,00 | 0,00 |
| Resultados transitados | | 41 686,95 | 88 851,70 |
| Excedentes de revalorização | | 0,00 | 0,00 |
| Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado líquido do período | | -26 295,47 | -47 164,75 |
| Dividendos antecipados | | 0,00 | 0,00 |
| Interesses que não controlam | | 0,00 | 0,00 |
| Total fundos patrimoniais | | 1 095 391,48 | 1 121 686,95 |
| Passivo | | 0,00 | 0,00 |
| Passivo não corrente | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões específicas | | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Outras dívidas a pagar | | 0,00 | 0,00 |
| Total passivo não corrente | | 0,00 | 0,00 |
| Passivo corrente | | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores | | 11 788,90 | 358,86 |
| Estado e outros entes públicos | | 14 886,29 | 12 316,44 |
| Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros | | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Diferimentos | | 65,00 | 13 330,80 |
| Outros passivos correntes | | 63 517,35 | 31 221,63 |
| Total passivo corrente | | 90 257,54 | 57 227,73 |
| Total passivo | | 90 257,54 | 57 227,73 |
| Total fundos patrimoniais e passivo | | 1 185 649,02 | 1 178 914,68 |


(José António Jesus Martins - Presidente)


(Jesus Manuel Martins Cardoso - Tesoureiro)


(Carlos Manuel G. Jerónimo - Secretário)

(Contabilista Certificado)



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2023

(em euros)

| Rendimentos e Gastos | Notas | 2023 | 2022 |
|---|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Vendas e serviços prestados | | 491 204,83 | 449 366,21 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | | 304 283,21 | 272 572,56 |
| Variação nos inventários da produção | | 0,00 | 0,00 |
| Trabalhos para a própria entidade | | 0,00 | 0,00 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | -14 706,52 | -13 138,64 |
| Fornecimentos e serviços externos | | -455 135,12 | -400 522,18 |
| Gastos com o pessoal | | -346 790,84 | -313 366,93 |
| Ajustamento de inventários (perdas / reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões (aumentos / reduções) | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões específicas (aumentos / reduções) | | 0,00 | 0,00 |
| Outras imparidas (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Aumentos / reduções de justo valor | | 0,00 | 0,00 |
| Outros rendimentos | | 48 645,48 | 15 641,85 |
| Outros gastos | | -1 954,29 | -6 199,80 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos | | 25 546,75 | 4 353,07 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | | -51 842,22 | -51 624,28 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos) | | -26 295,47 | -47 271,21 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | 0,00 | 106,46 |
| Juros e gastos similares suportados | | 0,00 | 0,00 |
| | Resultado antes de impostos | -26 295,47 | -47 164,75 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | 0,00 | 0,00 |
| | Resultado líquido do período | -26 295,47 | -47 164,75 |

(José António Jesus Martins - Presidente)

(Jesús Manuel Martins Cardoso - Tesoureiro)

(Carlos Manuel G. Jerónimo - Secretário)

(Contabilista Certificado)



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

*Martim
Ferreira
Presidente*

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2023

NOTA INTRODUTÓRIA

1. – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação para o serviço de apoio social a reformados da EPAL – AREPAL, é uma instituição privada de solidariedade social, constituída em 8 de Agosto de 1992, com o NIF: 501424717, com sede na Avenida Miguel Torga, 2 – 2 A, 1070-371 Lisboa, tem como actividade principal contribuir para o apoio a reformados da EPAL, através da manutenção em funcionamento de um lar residencial e um centro de dia na morada indicada, utilizando os códigos CAE 87902 – Actividade de apoio social com alojamento. n.e., e CAE 87301 – Actividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento, teve no decorrer do ano transacto ao seu serviço um número médio de 20 empregada/os, acrescido de outros das empresas prestadoras de serviços e dos funcionários cedidos por empresas de trabalho temporário para suprir as ausências por doença e férias das funcionárias da Associação..

O fundo social com o valor de 1 080 000,00 euros encontra-se realizado na totalidade e estabilizado desde 2003, sendo que até àquela data variava de acordo com os resultados apurados em cada exercício. A partir de então e após a estabilização, e considerando a existência de reservas diversas, os resultados apurados passaram a crescer ou decrescer àquelas.

2. – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 2.1 As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 09 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, em execução do previsto no nº 2 do artigo 3º deste diploma legal.
- 2.2 O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior, na generalidade, com excepção para as rubricas que no decorrer do Relatório se explicitam. Com a aquisição de medicamentos e outros artigos de higiene para os residentes, a Associação contabilizava em anos anteriores o reembolso desses valores como uma redução aos gastos. A partir de 2015 passou a considerar como rendimento. Desta forma, a diferença entre os gastos totais com estes artigos e o reembolso dos residentes corresponde aos gastos próprios e regulares da manutenção do posto médico e de enfermagem da Associação.
A Associação recorre a empresas prestadoras de serviços da especialidade para a execução dos serviços de limpeza e para manter em funcionamento o refeitório para realização das refeições a fornecer diariamente aos Utentes e Associados que utilizam esta valência e igualmente tem recorrido a contratação temporária de pessoal cedido através de empresas da especialidade, para suprir as faltas prolongadas motivadas por baixas médicas do pessoal da Associação e acréscimos ocasionais e temporários de trabalho.
- 2.3 A entidade adoptou a NC-ME pela primeira vez em 2010, e desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010 aplicando para o efeito as disposições previstas na NC-ME. As demonstrações financeiras de 2010, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, e tendo em conta que a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) advém do Sistema de Normalização Contabilística, foram alteradas de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2011 e seguintes, não havendo lugar a ajustamentos de transição.

3. – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras.

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente, antes pelo contrário, o nível das suas operações.



*Martim
Ferreira
Gomes*

3.1.2 – Regime do acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “ Devedores e Credores por acréscimos e Diferimentos”.

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nessas demonstrações financeiras.

3.1.5 – Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 – Informação comparativa

Pretendeu-se, nas demonstrações financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do período. Com as alterações das políticas contabilísticas operadas, as quantias comparativas não foram afectadas pela reclassificação. 3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1.– Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção de activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios), bem como os activos biológicos de produção, são reconhecidos como activos fixos tangíveis. Os animais ou plantas vivos detidos pela entidade e que não se enquadrem na actividade agrícola integram a subcategoria de equipamentos biológicos.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor de mercado, se em estado novo, ou estimado, se se tratar de bens usados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incursas. Os gastos com grandes obras de conservação e reparação que, embora não aumentando o valor dos activos, permitem um alargamento da vida útil na sua utilização, são objecto de amortização por um prazo máximo de oito/dez anos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.



Martin
Paulo
Oliveira

Os activos fixos tangíveis são depreciados em QUOTA ANUAL durante as vidas úteis estimadas:

| | |
|--------------------------------|--------------|
| Edifícios e outras construções | - 50 anos |
| Equipamento básico | - 2 a 8 anos |
| Equipamento administrativo | - 2 a 8 anos |
| Outros activos fixos tangíveis | - 2 a 8 anos |

3.2.2 – **Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores e associados encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidos pela Entidade, estão registados no activo pela quantia realizável.

3.2.3 – **Clientes e outras Contas a receber**

Os Clientes e as Outras Contas a receber encontram-se registados pelo seu valor realizável líquido.

3.2.4 – **Outros activos e passivos financeiros**

Os activos e passivos financeiros foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja “ao custo entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos”.

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respectiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros activos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Activos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros activos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.5 – **Caixa e depósitos bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração do valor.

3.2.6 – **Outros instrumentos financeiros**

Corresponde, relativamente ao exercício em apreço, a investimentos em Depósitos a Prazo.



Imatim
Ados
Orbjuw

3.2.7 – **Fornecedores e outras Contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 – **Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos

Os “Fundos Patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes

3.2.9 – **Empréstimos bancários e outros passivos remunerados**

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido e custos de transacção incorridos.

Os passivos remunerados são subseqüentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.2.10 – **Estado e outros entes públicos**

1 — Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), estão isentos:

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao Director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.



Imatim
Ades
Quinias

3.2.11 – **Imparidades de activos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro r quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda tivesse sido registada.

3.2.12 - **Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associadas à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registadas no início da locação pelo menor valor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente das responsabilidades.

Os pagamentos das locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem, A Entidade não tem rendas contingentes.

3.2.13 - **Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais



Martim
Bastos
Bastos

componentes aos afectados pelos mesmos. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Nos exercícios findos em 2022 e 2023 não ocorreram eventos susceptíveis do reconhecimento de provisões nem da divulgação de passivos contingentes.

3.2.14 - **Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events"), ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço ("non adjusting events") que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação e as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Arepal.

3.2.15 – **Subsídios**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.16 – **Benefícios dos empregados**

Os benefícios dos empregados classificam-se da forma seguinte:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal, contribuições para a Segurança Social e outras eventualmente atribuídas, decididas pontualmente pela Direcção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados como referido anteriormente.

b) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.2.17 – **Reconhecimento do rédito**

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.



Martim
André
Quina

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

3.2.18 – Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

Os activos biológicos consumíveis e os produtos agrícolas são reconhecidos como inventários.

4. – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5. – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta.
- úteis foram determinadas de acordo com a expectativa do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro seguinte:

Activo Bruto

| | Saldo em 01/01/2022 | Aumentos e Reavaliações | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2022 | Aumentos e Reavaliações | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2023 |
|----------------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edifícios e outras construções | 1 395 256,72 | - | - | - | 1 395 256,72 | - | - | - | 1 395 256,72 |
| Equipamento básico | 119 656,20 | - | - | - | 119 656,20 | - | - | - | 156 310,40 |
| Equipamento de transporte | 38 826,89 | - | - | - | 38 826,89 | - | - | - | 38 823,89 |
| Equipamento administrativo | 62 456,75 | - | - | - | 62 456,75 | - | - | - | 62 456,75 |
| Equipamentos biológicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Activos fixos tangíveis em curso | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros activos fixos tangíveis | 62 495,77 | - | - | - | 62 495,77 | - | - | - | 62 495,77 |
| | 1 678 692,33 | - | - | - | 1 678 692,33 | - | - | - | 1 717 086,14 |

Depreciações Acumuladas

| | Saldo em 01/01/2022 | Aumentos e Reavaliações | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2022 | Aumentos e Reavaliações | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2023 |
|--------------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edifícios e outras construções | 639 362,59 | - | - | - | 682 640,37 | - | - | - | 682 640,37 |
| Equipamento básico | 119 656,20 | - | - | - | 119 656,37 | - | - | - | 119 656,37 |
| Equipamento de transporte | 15 305,76 | - | - | - | 23 652,26 | - | - | - | 23 652,26 |
| Equipamento administrativo | 62 456,75 | - | - | - | 62 456,75 | - | - | - | 62 456,75 |
| Equipamentos biológicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros activos fixos tangíveis | 62 495,77 | - | - | - | 62 495,77 | - | - | - | 62 495,77 |
| | 899 277,07 | - | - | - | 950 901,35 | - | - | - | 1 002 743,57 |

Gastos com Depreciações

| | 2022 | 2023 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Activos Fixos Tangíveis | - | - |
| Terrenos e recursos naturais | - | - |
| Edifícios e outras construções | 46 770,91 | 46 770,84 |
| Equipamento básico | - | 218,10 |
| Equipamento de transporte | 4 853,37 | 4 853,28 |
| Equipamento administrativo | - | - |
| Equipamentos biológicos | - | - |
| Outros activos fixos tangíveis | - | - |
| | 51 624,28 | 51 842,22 |

6. – INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31/12/2022 e em 31/12/2023, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Inventários

| | Inventário em 01/01/2022 | Compras | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31/12/2022 | Compras | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31/12/2023 |
|-------------------------------|-----------------------------|-------------|--------------------------------------|-----------------------------|-------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Matérias-primas e consumíveis | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 |
| Produtos e trabalhos em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Produtos acabados | - | - | - | - | - | - | - |
| Mercadorias | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 |

7. – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não houve movimentos de provisões nos períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2023.

**Arepal**Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss*Imatium*
Paulo
*Guimarães***8. – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO**

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Subsídios

| | Balço | | | Demonstração de resultados | |
|-------------------------------|-----------------|--------------|----------------|---|------------------------|
| | Capital próprio | Diferimentos | Financiamentos | Imputação de subsídios para investimentos | Subsídios à exploração |
| | | | | 2022 | 2023 |
| Subsídios à exploração | | | | 272.572,56 | 304 283,21 |
| Segurança social | | | | 186 900,34 | 209 926,22 |
| Outras Entidades - CML | | | | | 5 899,18 |
| Donativos | | | | 85.672,22 | 88 457,81 |

9. – FORNECEDORES / OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de “Fornecedores / outras contas a receber e a pagar” apresentava a seguinte decomposição:

Fornecedores / outras contas a receber e a pagar

| Descrição | 31-12-2023 | | |
|--------------------------------|---|----------------------------------|---------------------|
| | Activos financeiros mensurados ao custo | Perdas por imparidade acumuladas | Total |
| Activo Corrente | | | |
| Outras contas a receber | 37 330,77 | - | 37 330,77 |
| Diferimentos | 1 205,98 | - | 1 205,98 |
| Outros Activos Correntes | 76 078,91 | - | 76 078,91 |
| Caixa e depósitos bancários | 357 233,59 | - | 357 233,59 |
| Total do activo | 1 186 191,82 | - | 1 186 191,82 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 12 396,70 | - | 12 396,70 |
| Estado e outros entes públicos | 14 886,29 | - | 14 886,29 |
| Diferimentos | 0,00 | - | 0,00 |
| Outros passivos correntes | 63 517,35 | - | 63 517,35 |
| Total do passivo | 90 800,44 | - | 90 800,34 |

10. – MEIOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” apresentava a decomposição seguinte:

Caixa e depósitos bancários

| Activos | 31-12-2022 | 31-12-2023 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| | Caixa | 48,01 |
| Depósitos à ordem | 31 570,23 | 56 826,09 |
| Outros depósitos bancários | 385 000,00 | 300 227,92 |
| Total | 416 618,24 | 357 233,53 |



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

*Francisco
Carvalho
Assim*

11. – BENEFÍCIOS FINANCEIROS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

| Benefícios de empregados | 31-12-2022 | 31-12-2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Gastos com o pessoal | | |
| Remunerações do pessoal | 244 956,82 | 273 829,93 |
| Encargos sobre remunerações | 54 937,72 | 59 654,19 |
| Seguro acidentes trabalho e doenças prof | 8 208,50 | 7 958,72 |
| Outros gastos com pessoal | 5 263,89 | 5 350,00 |
| Total | 313 366,93 | 346 792,84 |

12. – OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos

| | Ac. Débito | Ac. Crédito |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| Autoridade Tributária | 34 843,25 | 41 978,75 |
| Segurança Social | 88 213,41 | 95 964,20 |
| Outros (Fundo Garantia Social) | 421,23 | 421,23 |
| | 123 477,89 | 138 364,18 |

Saldos Credores

Corrente

| | 2022 | 2023 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Retenção imposto sobre rendimentos. | 4 236,00 | 7 135,50 |
| Sindicatos e Outros | 82,75 | 47,06 |
| Contribuição para Segurança Social | 7 997,69 | 7 750,79 |
| | 12 316,44 | 14 933,35 |



Arepal

Associação para serviço de
apoio social
a reformados da Epal, ipss

13. – FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica de “Fundos patrimoniais” apresentava a decomposição seguinte:

| | Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais | | | | | | |
|---|---|-----------------|-----------------|--------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | Saldo em 01/01/2022 | Aumentos | Reduções | Saldo em 31/12/2022 | Aumentos e Reavaliações | Abates e Alienações | Saldo em 31/12/2023 |
| Fundo Social | 1.080.000,00 | - | - | 1.080.000,00 | - | - | 1.080.000,00 |
| Acções (quotas) próprias | - | - | - | - | - | - | - |
| Prémios de emissão | - | - | - | - | - | - | - |
| Reservas legais | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras reservas | 88 851,70 | - | - | 40 304,91 | - | - | 14 009,44 |
| Reserv p/ aq inst/infraest lar | 11 701,79 | - | - | 11 701,79 | - | - | 2 936,63 |
| Reserv p/ renov. equip ^o | 14 301,61 | - | - | 14 301,61 | - | - | 5 536,45 |
| Reserv p/ conserv edif/equip ^o | 62 848,30 | - | - | 14 301,51 | - | - | 5 536,36 |
| Resultados transitados | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustamentos em activos financeiros | - | - | - | - | - | - | - |
| Excedentes de revalorização | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras variações no capital próprio | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - |
| | 1 168 851,70 | - | - | 1 120 304,91 | - | - | 1 094 009,44 |

14. – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas em reunião de Direcção.

De salientar que os membros da Direcção da AREPAL, bem como os colaboradores voluntários habituais não auferiram, tal como em anos anteriores, qualquer remuneração no exercício de 2023.

Lisboa, 31 de Março de 2024

José António Jesus Martins, Presidente

Jesus Manuel Martins Cardoso, Tesoureiro

Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo, Secretário

212348230
61067

Contabilista Certificado



Arepal

Associação para serviço de apoio social a reformados da Epal, ipss

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2023

| | | RENDIMENTOS | |
|-----------|--|-------------------|-------------------|
| | | 2023 | 2022 |
| 61 | GASTOS | | |
| | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 14 706,52 | 13 138,64 |
| 62 | Serviços Especializados | | |
| 6221 | Trabalhos especializados | 179,20 | 400,00 |
| 6223 | Vigilância e segurança | 516,60 | 510,45 |
| 6224/6221 | Honorários | 38 290,70 | 34 628,34 |
| 6226 | Conservação e reparação | 19 018,94 | 18 158,78 |
| 6225/6227 | Serviços bancários | 334,57 | 707,52 |
| 62281 | By Our Doctor - Assistência médica domiciliária | 9 948,00 | 10 292,00 |
| 62282 | Itau - Religiões | 163 483,40 | 131 853,20 |
| 62283 | Ideias Maltúsculas / Wellcaring - Pessoal | 38 896,45 | 45 622,18 |
| | Materiais | | |
| 6231 | Ferramentas e utensílios | 2 415,57 | 4 379,73 |
| 6233 | Material de escritório | 902,75 | 1 411,06 |
| 6235 | Material de animação | 369,83 | 102,31 |
| 6238/6234 | Outros materiais | 7 318,99 | 7 984,58 |
| | Energia e fluidos | | |
| 6241 | Electricidade | 21 311,96 | 24 549,50 |
| 6244 | Combustíveis - Gás | 31 789,18 | 28 803,26 |
| 6242 | Combustíveis - Outros (gasolina, gasóleo...) | 3 035,51 | 2 212,11 |
| | Fornecimentos e serviços externos | | |
| 625 | Transporte de pessoal/ Portagens/ Parqueamento | 339,44 | 100,10 |
| 626 | Outros fomec./serv. (renda, limpeza, flores, fitas, jornais) | 82 279,45 | 71 591,57 |
| 6262 | Comunicação | 1 106,76 | 1 413,29 |
| 6263 | Seguros | 2 837,42 | 3 856,52 |
| 6265 | Contencioso e notariado | 110,00 | 40,00 |
| 6272 | Fraldas e Primeiros socorros | 13 795,98 | 1 767,21 |
| 6271 | Medicamentos e outros artigos de saúde e conforto | 16 854,42 | 10 138,47 |
| | Gastos com o pessoal | | |
| 63 | Remunerações com o pessoal | 273 829,93 | 244 956,82 |
| 634/6 | Outros custos com o pessoal | 5 350,00 | 5 263,89 |
| 635 | Encargos sobre remunerações | 59 654,19 | 54 937,72 |
| 636 | Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 7 956,72 | 8 208,50 |
| | Outros gastos | | |
| 64 | Gastos com depreciação e amortização | 51 842,22 | 51 624,28 |
| | Outros gastos e perdas | | |
| 681 | Impostos, taxas e contribuições autárquicas | 290,50 | 502,53 |
| 66-68 | Outros gastos e perdas | 1 663,79 | 5 697,27 |
| | Gastos e perdas de financiamento | | |
| 69 | Gastos e perdas de financiamento | 0,00 | 0,00 |
| 818 | Resultado líquido | -26 295,47 | -47 164,75 |
| | | 844 133,52 | 737 687,08 |

Lisboa, 31 de Março de 2023

João António
(José António Jesus Martins - Presidente)

Jesus Manuel
(Jesus Manuel Martins Cardoso - Tesoureiro)

Carlos Manuel
(Carlos Manuel G. Jerónimo - Secretário)

Nuno Manuel 212348230
(Contabilista Certificado) 61067



Arepal

Associação para serviço de apoio social a reformados da Epal, ipss

Balanco sintético em 31 de dezembro

| Rubrica | 2023 | 2022 | Rubrica | 2023 | 2022 |
|--|---------------|--------------|--|--------------|--------------|
| ATIVO | | | | | |
| Investimentos | | | | | |
| 41 Investimentos financeiros | 1 739,61 | 1 426,61 | 51 Fundo social | 1 080 000,00 | 1 080 000,00 |
| 433 Ativos Fixos Tangiveis | 1 715 346,53 | 1 678 692,33 | 55 Reservas | 41 686,95 | 88 851,70 |
| 438 Depreciações Acumuladas | -1 002 743,57 | -950 901,35 | | 1 121 686,95 | 1 168 851,70 |
| Contas a Receber | | | | | |
| 28 Diferimentos contas a receber | 598,18 | | PASSIVO | | |
| 27 Rendimentos a receber | 75 000,00 | 23 334,95 | 88 Resultado liquido | -26 295,47 | -47 164,75 |
| 21 Utentes | 37 330,77 | 9 743,90 | Contas a receber | | |
| 22 Fornecedores | 607,80 | 0,00 | 22 Fornecedores c/c | 12 396,70 | 358,86 |
| 23 Pessoal | 1 078,91 | | 23 Pessoal | 0,00 | 0,00 |
| Inventário | | | 24 Estado e outros entes público | 14 886,29 | 12 316,44 |
| 33 Matérias primas, sub e de consumo | 0,00 | 0,00 | 27 Diferim./remunerações | 63 517,35 | 44 552,43 |
| Meios financeiros líquidos | | | | | |
| 14 Outros instrumentos financeiros - obrigações do tesouro | 0,00 | 0,00 | Total fundos patrimoniais e passivo | | |
| 13 Outros depósitos bancários a prazo | 300 227,92 | 385 000,00 | | 1 186 191,82 | 1 178 914,68 |
| 12 Depósito à ordem | 56 826,09 | 31 570,23 | Total Ativo | | |
| 11 Caixa | 179,58 | 48,01 | | 1 186 191,82 | 1 178 914,68 |

Lisboa, 31 de Março de 2023

José António Jesus Martins
(José António Jesus Martins - Presidente)

Jesus Manuel Martins Cardoso
(Jesus Manuel Martins Cardoso - Tesoureiro)

Carlos Manuel G. Jerónimo
(Carlos Manuel G. Jerónimo - Secretário)

Maria Manuel Castelo dos Reis
212348230
81067
(Contabilista Certificado)